

Uma análise marxista das abordagens sociológicas dos movimentos sociais

Gabriel Teles*

Introdução

Os movimentos sociais aparecem como um tema de grande relevância nas ciências sociais, especialmente em sociologia, em meados da década de 50 e 60. É nesse momento histórico, de grandes mudanças no interior da sociedade capitalista, que os movimentos sociais começam a ter maior notoriedade na trama dos conflitos sociais e, inevitavelmente, são alvos de análises por parte de diversos sociólogos das mais diversas perspectivas e abordagens. Logo, ao longo desses mais de meio século de intensos debates sobre o significado político dos movimentos sociais, três grandes abordagens se estruturaram e hegemonicamente ditam o processo analítico desses fenômenos nos estudos sociológicos contemporâneos: estamos nos referindo as abordagens da mobilização de recursos, do processo político e dos novos movimentos sociais.

Todas elas, apesar de suas divergências e especificidades, apontam para um processo analítico parcelar, limitadas por isolar um determinado elemento do fenômeno (aspecto cultural, político, econômico, etc.) e por não perceber a totalidade concreta que é qualquer fenômeno social. Nesse sentido, a intenção de nosso texto é trazer um balanço introdutório e panorâmico dos limites e avanços dessas abordagens a partir do instrumental teórico e metodológico do marxismo. Avançamos na discussão sobre a análise dos movimentos sociais na perspectiva em outros trabalhos (TELES, 2017; TELES, 2018), assentados, especialmente nos trabalhos de Jensen (2014) e Viana (2016).

O itinerário do presente texto, então, passará pelas três grandes abordagens sociológicas sobre os movimentos sociais, evidenciando o contexto histórico de seu surgimento e desenvolvimento, seus principais representantes, influências e “conceitos” (construtos) analíticos.

* Doutorando em Sociologia pelo PPGS/USP, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFG, graduado em Ciências Sociais/UFG. Pesquisador pelo Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade (GPDS) e Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais (NEMOS). Possui experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia dos intelectuais, materialismo histórico, sociologia da arte, método dialético, movimentos sociais e movimento estudantil. Compõem o conselho editorial da Revista Despierta (Internacional), Revista Posição, Revista Poéticus e Revista Enfrentamento.

A Abordagem da Mobilização de Recursos

A abordagem conhecida como Mobilização de Recursos surge nos Estados Unidos em meados dos anos 1960, aprofundada e desenvolvida nos anos 1970 e, posteriormente, no final dessa década, se mistura a outras abordagens, numa tentativa de síntese para explicação dos movimentos sociais. O contexto histórico contribui para compreender, de forma analítica, as principais teses desta abordagem. Nesse sentido, ela surge e se desenvolve no regime de acumulação conjugado, onde o paradigma hegemônico era o reprodutivista, sendo o funcionalismo predominante nos Estados Unidos e o estruturalismo, na Europa.

É fundamental essa explicação prévia devido à força que o paradigma reprodutivista terá nas pesquisas nascentes sobre os movimentos sociais. É nessa época também que se constitui a ideologia da integração da classe operária no capitalismo (MARCUSE, 1982; ADORNO, 2008), as lutas pelos direitos civis em determinados países, a radicalização e institucionalização de determinadas ramificações do movimento negro nos EUA, a radicalização do movimento estudantil no mundo (sobretudo em 1968) etc.

Para Margit Mayer (1995), a ressonância desta abordagem em território norte-americano se dá por alguns elementos da própria sociedade estadunidense:

ela surgiu numa certa conjuntura histórica e representa a racionalização teórica de contradições historicamente determinadas e sua práxis correspondente. Em outras palavras, a MR emergiu de um esforço para analisar os movimentos sociais dos anos 60 e, como consequência, reflete suas condições de emergência, dinâmica, desenvolvimento, estrutura de organização, etc., em contraste com as abordagens clássicas que procuravam explicar os movimentos de massa dos anos 20 e 30, os quais eram totalmente diferentes dos tipos de movimento dos anos 60 (MAYER, 1995, p. 182).

O primeiro elemento a ser evidenciado são as influências intelectuais desta abordagem, que são fundamentalmente quatro: (1) teoria da escolha racional; (2) economia política (em especial a escola marginalista); (3) a discussão em torno da racionalização e a questão da burocracia weberiana; e, por fim (4) a sociologia das organizações. A ideia do cálculo racional é hegemônica e os desdobramentos dessas influências se dá no individualismo metodológico predominantes nos autores desta abordagem.

Já o segundo elemento são os seus representantes intelectuais, cujos destaques são Mancur Olson, Anthony Oberschall, Mayer Zald e John McCarthy. O primeiro deles, Olson, foi o mais influente:

O estudioso mais influente deste dilema foi o economista americano Mancur Olson (1965). Embora Olson reconhecesse a importância dos incentivos não-materiais, sua teoria começava e acabava no indivíduo. Para Olson, o problema da ação coletiva era de agregação: como envolver a maior parte possível de um grupo em seu próprio benefício. Apenas dessa maneira o grupo poderia convencer seus opositores de sua própria força. Em seu livro, *The Logic of Collective Action*, Olson propôs que, em um grupo grande, apenas os seus membros mais importantes têm interesse suficiente em alcançar o seu bem coletivo para assumir a sua liderança (TARROW, 2009, p. 33).

Já Anthony Oberschall centrará suas análises a partir de duas dimensões referentes ao comportamento coletivo, em especial dos movimentos sociais: as vertentes vertical e horizontal (FERREIRA, 1995). A vertente vertical expressa que a ação coletiva só é exequível com a segmentação dos movimentos sociais, em uma luta com outros movimentos no que tange a ascensão na escala hierárquica da “estratificação social da sociedade”. Já a vertente horizontal refere-se à busca de uma maior coesão social interna para obter a possibilidade de uma capacidade organizacional, necessária para continuar com suas ações na sociedade.

Em ambos os casos, a centralidade dos recursos é fundamental. Ou seja, a dinâmica dos movimentos sociais, bem como de suas dimensões, obedece a um conjunto de determinações ligada à sua capacidade de mobilizar recursos tanto externos – governo, sociedade civil, opinião pública, meio de comunicação – quanto internos – indivíduos, materiais, tecnologia, dinheiro, etc.

A questão de recursos, como já explicitada no nome dessa abordagem é o núcleo central do processo analítico de seus autores. Os intelectuais que mais exploraram essa questão, além de sistematizarem a discussão acerca da mobilização de recursos, foram Mayer Zald e John McCarthy. É a partir da discussão de ambos que traremos as principais definições e conceitos desta abordagem.

Em artigo intitulado “*Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial*” (2017), de 1977, os autores buscam trazer um balanço histórico e sistematizar a discussão da abordagem de mobilização de recursos ao longo do seu desenvolvimento intelectual. Segundo os autores, essa abordagem lida com a dinâmica, táticas de crescimento, declínio e mudança dos movimentos sociais, examinando a variedade de recursos a serem mobilizados:

Em primeiro lugar, o estudo da *captação de recursos* (dinheiro e trabalho) é crucial para a compreensão da ação do movimento social. Os *recursos* são necessários para o engajamento no conflito social e por isso devem ser captados para atingir os propósitos coletivos. Em segundo lugar, a captação de recursos requer alguma forma mínima de *organização*, e, portanto, implícita ou explicitamente, vamos nos concentrar mais diretamente sobre organizações do movimento social do que aqueles que trabalham dentro da perspectiva tradicional. Em terceiro lugar, na explicação dos

sucessos e fracassos de um movimento, *há um reconhecimento explícito da importância crucial do envolvimento por parte de indivíduos e organizações externos à coletividade que um movimento social representa*. Em quarto lugar, às vezes explicitamente, um modelo de oferta e procura é por vezes aplicado ao fluxo de recursos para e a partir de movimentos sociais específicos. Finalmente, há uma sensibilidade em relação à importância dos *custos e benefícios para explicar o envolvimento individual e organizacional nas atividades do movimento social*. Os custos e os benefícios são centralmente afetados pela estrutura da sociedade e pelas atividades das autoridades (ZALD & MCCARTHY, 2017, p. 06, grifos nossos).

Estes são os elementos básicos da abordagem da mobilização de recursos. Cada elemento é abordado de maneira distinta pelos autores, conforme suas diferenças de análise e influências. Nesse sentido, Zald e McCarthy nos fornecem uma síntese da compreensão de movimentos sociais dessa abordagem a partir da seguinte definição (ZALD & MCCARTHY, 2017, p. 08): “um movimento social é um conjunto de opiniões e crenças em uma população que manifesta preferência pela mudança em alguns elementos da estrutura social e/ou na distribuição de recompensas em uma sociedade”.

Torna-se evidente a compreensão de movimento social enquanto estruturas de preferências voltadas para a mudança social. No entanto, há outros conceitos que ajudam a explicar essa abordagem, já que eles não tratam dos movimentos sociais em si, mas de uma parte específica deles. Estes conceitos são os de Organização de Movimento Social (OMS), Indústria de Movimento Social (IMS) e Setor de Movimento Social (SMS). A OMS é definida como determinada organização formal que busca identificar seus objetivos com as preferências e interesses de um determinado movimento social (MS). Já a IMS é caracterizada como um conjunto de OMS's e SMS seria composto pela totalidade de IMS em uma determinada sociedade, independentemente dos movimentos sociais a que estão ligadas. Para esses autores

[...] separar de forma analítica esses componentes, ao distinguir entre um MS e uma IMS, tem várias vantagens. Em primeiro lugar, enfatiza que os movimentos sociais nunca estão totalmente mobilizados. Em segundo lugar, ele se concentra explicitamente no componente organizacional da atividade. Em terceiro lugar, reconhece explicitamente que os movimentos sociais são tipicamente representados por mais de uma OMS. Finalmente, a distinção permite a possibilidade de uma análise do crescimento e declínio de uma IMS, que não é totalmente dependente do tamanho de um MS ou da intensidade das preferências dentro dele. (ZALD & MCCARTHY, 2017, p. 10).

Por fim, Zald e McCarthy, à guisa de síntese, resume esta abordagem nas seguintes palavras:

O modelo de mobilização de recursos que descrevemos aqui enfatiza a interação entre a disponibilidade de recursos, a organização preexistente das estruturas de preferência e as tentativas empresariais de atender a demanda de preferências. Enfatizamos como esses processos parecem operar no contexto americano moderno. Diferentes

circunstâncias históricas e padrões de infraestruturas de adesão preexistentes afetarão as estratégias da atividade empresarial da OMS em outras épocas e lugares. Nossa ênfase, no entanto, parece ser útil na análise das atividades paralelas em diferentes contextos, incluindo sociedades camponesas e também em explicar os processos de crescimento, estabilidade e declínio nos movimentos sociais (ZALD & MCCARTHY, 2017 p. 32).

Em nossa perspectiva, a abordagem da mobilização de recursos possui diversos problemas e limites analíticos. Isto significa dizer que, no que tange à pretensão de explicar e analisar os movimentos sociais, esta abordagem não consegue expressar a realidade dos mesmos, contribuindo mais para ofuscar do que elucidar.

A primeira crítica que pode ser realizada em relação a essa abordagem é a sua base ideológica, que não se estrutura, não se desdobra para a análise dos movimentos sociais. Isto fica claro na própria definição do fenômeno estudado. A compreensão de que os movimentos sociais são um conjunto de opiniões e crenças que manifestam preferência pela mudança em determinados aspectos da realidade ou recompensas no interior desta, é ampla demais e abarca outros fenômenos ou processos que não sejam os dos movimentos sociais. Nessa definição, partidos políticos, sindicatos, sistemas de pensamento, representações etc. poderiam ser considerados movimentos sociais. Tamanha elasticidade deste construto contribui para o seu não entendimento e a não compreensão de sua especificidade dos movimentos sociais na sociedade.

A segunda crítica é a deficiência metodológica inscrita na quase totalidade dos escritos e perspectivas dentro desta abordagem. A realidade concreta passa ao largo dos estudos, posto que o procedimento mais utilizado nessa abordagem é a proposição de sistemas classificatórios arbitrários, aplicando empiricamente¹ este modelo produzido pelos pesquisadores. Tal procedimento conforma-se naquilo que Kosik chamou de mundo da pseudoconcreticidade (KOSIK, 1986).

A terceira crítica é a ausência da totalidade. Um movimento social só pode existir no interior de uma sociedade. Nesse sentido, essa sociedade possui múltiplas determinações, que traz consequências diretas ou não, a este movimento social. Por esse ângulo, não é possível analisar um fenômeno isolando seus aspectos, muito menos as determinações de uma sociedade. Na abordagem de mobilização de recursos, os movimentos sociais não aparecem vinculados ou relacionados ao papel do Estado, as bases sociais são os indivíduos ou a coletividade, que

¹ Compreendendo a questão empírica aqui como uma visão empobrecedora do real. Utilizamos a categoria “concreto” do método dialético que contribui para expressar uma determinada realidade social.

aparece como um conjunto de indivíduos atomizados, excluindo a discussão de classes sociais e outras dinâmicas coletivas da sociedade moderna. Enfim, por uma multiplicidade de outros fenômenos que estão articulados na totalidade das relações sociais concretas dentro da sociedade capitalista.

A quarta crítica assenta-se não na análise dos movimentos sociais de forma geral, mas sim, especialmente, nas organizações de movimentos sociais (OMS). O foco analítico dos autores dessa abordagem se dá na dinâmica das OMS's, IMS's e SMS's. Ou seja, a análise é a partir das organizações mobilizadoras formais dos movimentos sociais, excluindo as organizações informais e organizações de base ou até mesmo ramificações de movimentos sociais que não possuem uma organização formada. E esta questão se agrava posto que não se explica ou esclarece o motivo de não haver a análise dos movimentos sociais em si (não das suas organizações).

Outros autores expuseram várias críticas mais específicas a essa abordagem, inclusive alguns dos seus próprios integrantes buscam “atualizar” seus estudos, assimilando algumas críticas, constrangidos pela realidade que estava em transformação e que seus antigos modelos explicativos acerca dos movimentos sociais não ofereciam embasamento para efetuar o processo analítico a partir dessas transformações sociais.

Apesar das críticas, é também necessário explicitar as contribuições dessa abordagem que, a nosso ver, podem ser divididas em dois elementos.

O primeiro consiste na questão da mercantilização que atinge os movimentos sociais, sobretudo nos casos analisados por essa abordagem, as Organizações de Movimento Social (OMS). Embora assentada em uma base frágil, as análises das OMS's, (em nossa perspectiva, denominamos as OMS's de Organizações Mobilizadoras) nos auxiliam a perceber o cálculo que essas grandes organizações devem operar para se desenvolver e continuar existindo e se ampliando. É nesse sentido que utilizam o que ficou conhecido como cálculo racional, mas que, na realidade, trata-se de cálculo mercantil.

Os movimentos estão circunscritos na sociedade capitalista onde sua determinação fundamental encontra-se no modo de produção. As relações mercantis, antes resguardadas na esfera da produção, começam a desaguar nas relações sociais de forma geral, inclusive dentro da sociedade civil, contribuindo para a reprodução do capitalismo, transformando valores, interesses e sentimentos. Os movimentos sociais não escapam desse processo de mercantilização, posto que necessitam de recursos financeiros para continuar suas ações,

sobretudo em grandes quantidades, as organizações formais. Apesar de não realizarem essa análise, contribuem na percepção desse fenômeno de maneira pioneira.

A segunda contribuição dessa abordagem para a análise dos movimentos sociais é a questão que envolve o fenômeno da burocracia. Em que pese o não aprofundamento do fenômeno burocrático, existem discussões pontuais acerca dos líderes, “gerentes” e dirigentes dentro das Organizações de Movimentos Sociais. Apesar de “naturalizar” a necessidade de um dirigente no interior dos movimentos sociais (ZALD & MCCARTHY, 2017), essa abordagem nos fornece elementos para pensar o papel dos dirigentes no processo de burocratização dos movimentos sociais, bem como seu papel de captador de recursos com os integrantes constituintes das OMS’s.

A abordagem da mobilização de recursos teve pouca repercussão fora dos Estados Unidos. Isto é explicado devido a própria especificidade do capitalismo “superdesenvolvido” dos EUA (o que gera uma maior mercantilização e burocratização da sociedade civil e, por conseguinte, dos movimentos sociais), bem como a especificidade dos pesquisadores norte-americanos frente aos movimentos sociais. O caráter aparentemente crítico, desmascarando que determinadas organizações de movimentos sociais possuíam tendências mercantilizadas e burocratizadas, trouxe rejeição tanto por parte dos movimentos sociais quanto por parte de pesquisadores simpatizantes destes movimentos:

A antipatia que gerou na esquerda, ao comparar movimentos com empresas (sic), talvez explique a pequena ressonância da TMR na Europa e sua inexpressiva entrada na América Latina. Já em casa, teve impacto grande e imediato. Cerca de 56% dos artigos publicados nas principais revistas norte-americanas de sociologia e ciência política, nos anos 1970, usavam o approach (ALONSO, 2009, p. 53).

Como já colocamos anteriormente, alguns autores dessa abordagem “atualizaram” determinamos elementos e, junto com outros pesquisadores, buscaram esboçar e desenvolver uma nova abordagem que ficou conhecida como abordagem dos *processos políticos*. Esta será foco de nosso próximo tópico.

A Abordagem do Processo Político

A abordagem do processo político aparece como uma tentativa de atualização da sua antecessora. Tal proposta se dá no seio da assimilação das críticas enfrentadas ao longo de duas décadas de debate e pesquisas dos movimentos sociais, evidenciando suas fragilidades,

contribuições e limites analíticos dentro e fora das discussões norte-americanas. A proposta de uma nova abordagem começa a se esboçar no final dos anos 1970, estruturando-se na década de 1980 e consolidando-se no início da última década do século XX.

O pano de fundo, isto é, o contexto histórico ao longo do desenvolvimento desta abordagem é o regime de acumulação integral, sendo a sua forma estatal, o neoliberalismo, elemento importante que trará desdobramentos para o processo analítico dessa forma de se pensar os movimentos sociais. Nesse período, ocorre uma mutação cultural: o paradigma subjetivista torna-se hegemônico na produção intelectual e acadêmica no mundo, sobretudo na Europa (VIANA, 2019); no entanto, a abordagem do processo político ainda possui traços fundamentalmente do paradigma reprodutivista².

É nessa época que ocorre também uma intensificação da internacionalização da produção intelectual, com políticas conscientes e estruturadas da esfera intelectual para socializar a sua influência em outros países. A abordagem do processo político utiliza conscientemente esta estratégia para expandir sua influência, ficando nítido em seus estudos que começam a ser ampliados não só a partir de pesquisas do contexto norte-americano, mas da Europa, América Latina, além de incorporação de intelectuais de vários lugares do mundo, como Sidney Tarrow (de origem italiana) etc. Além disso, os embates com outras interpretações e formas explicativas sobre os movimentos sociais tornam-se mais acaloradas, tal como as discussões da abordagem do processo político e da abordagem dos *novos movimentos sociais*.

Um outro aspecto histórico importante são as próprias mudanças nos movimentos sociais. Com as transformações do desenvolvimento de acumulação de capital, bem como a sua forma de regularização fundamental, o Estado, determinados movimentos sociais possuem novas características, além do surgimento de novos movimentos, tal como o ecológico, direito de animais, medicina alternativa, antiglobalização, etc. Os desdobramentos destas transformações são sentidos e captados pelos pesquisadores da abordagem do processo político.

O primeiro elemento que devemos colocar são suas influências intelectuais e bases metodológicas. A primeira influência é a mobilização de recursos, mas com adaptações ao novo momento histórico e incorporando as críticas feitas ao longo do seu desenvolvimento. Uma das grandes ambições da abordagem do processo político é resolver os problemas da

² O paradigma subjetivista será hegemônico nos estudos da abordagem dos Novos Movimentos Sociais, que até hoje é a abordagem mais utilizada para a análise dos movimentos sociais. Veremos esta questão no tópico a seguir, quando tratarmos desta abordagem em específico.

abordagem anterior, englobando a questão do Estado, integrando a questão cultural e retirando o aspecto economicista da abordagem. Trataremos desta questão mais adiante.

A segunda influência é o leninismo, resgatada principalmente por Sidney Tarrow. Para Tarrow (2009), Lênin trouxe contribuições relacionadas à questão da organização do confronto político e Gramsci trouxe o aspecto cultural para a análise e intervenção dos “grupos em conflitos”:

Lênin criou a reflexão sobre as organizações de movimento, necessárias para estruturá-lo e impedir sua dispersão em estreitas reivindicações corporativas (o que mais tarde seria chamado de “mobilização de recursos”); e Gramsci centrou sua teoria na necessidade de construir um consenso em torno dos objetivos do partido (o que passou a ser chamado de “enquadramento interpretativo e formação de “identidade coletiva). Mas nenhum deles especificou as condições em que se poderia esperar que os trabalhadores, explorados e com poucos recursos, se mobilizassem pelos seus interesses – que chamaremos de problema das oportunidades e restrições políticas (TARROW, 2009, p. 31).

A terceira influência provém da produção intelectual de Charles Tilly, sobretudo a construção dos construtos de oportunidades e ameaças (TILLY, 2010; ALONSO 2012). Em seu livro *From Mobilization to Revolution (1978)*, Tilly formula sua análise acerca das ações coletivas modernas, colocando como principal elemento para mobilização a questão das oportunidades e ameaças para os desafiantes e elites/autoridades, sendo que estas duas dimensões são externas aos desafiantes e ligadas à ação do Estado. A questão da oportunidade política se tornará o aspecto que será mais ressaltado pelo conjunto de autores que estão circunscritos na abordagem do processo político.

Embora os termos oportunidades-ameaça e facilitação-repressão fossem partes da síntese original de Tilly, durante os anos 1980 os teóricos dos processos políticos tenderam a estreitar o seu campo de atenção, focalizando as oportunidades. Alguns estudiosos – seguindo os passos de Eisinger – estudaram como as diferentes estruturas políticas proporcionam graus maiores ou menores de oportunidade para grupos insurgentes; outros examinaram como movimentos específicos, e exploram as oportunidades proporcionadas pelas instituições; outros viram como as oportunidades para um determinado movimento mudam com o tempo; e outros ainda estudaram ciclos inteiros de protesto para entender como a deflagração de uma onda de mobilização afetou os movimentos posteriores. Numa grande síntese comparativa, Hanspeter e Kriesi e seus colaboradores usaram o conceito de oportunidade política para analisar os novos movimentos sociais em quatro países da Europa Ocidental (TARROW, 2009, p. 37).

Por fim, a quarta e última influência é o aspecto cultural incorporado por essa abordagem. Grande parte das críticas direcionadas aos autores da mobilização de recursos é a inexistência de uma dimensão cultural na explicação dos movimentos sociais. A abordagem do processo político, sendo parte dela advinda da abordagem anterior, assimila tais críticas e busca

anexar a dimensão cultural a partir do que será denominado quadros interpretativos ou enquadramento interpretativos (originário, sobretudo da tradição do interacionismo simbólico de Goffman). Outros construtos, de menor impacto, também serão incorporados, tais como o de “mobilização por consenso”, desenvolvida por Klanderman (KLANDERMAN, 1988;1997 apud TARROW, 2009) e a ideia de “pacotes ideológicos” de Gamson (1988 apud TARROW, 2009).

O segundo elemento são seus representantes intelectuais. Há um conjunto enorme de autores que se filiam a essa abordagem, no entanto, os seus principais representantes são: novamente Zald e McCarthy (que fizeram autocríticas), Doug McAdam, Charles Tilly e Sidney Tarrow.

Zald e McCarthy vão focar, desta vez, os recursos sociais de uma determinada comunidade, observando o seu contexto político e a rede de relações sociais. Grande parte de seus estudos irão se estruturar na análise do movimento dos direitos civis nos Estado Unidos (GOHN, 2004). Argumentam que outras determinações “macroestruturais”, além do aspecto econômico, poderiam facilitar a produção de protestos sociais. Em tom de autocrítica, Zald afirma:

Nossas teorias foram úteis porque criaram um espaço para perspectivas renovadas de estudo, problematizando certas questões e desenvolvendo de forma mais sofisticada análises da psicologia social e da macrosociologia dos movimentos sociais [...], porém tornaram-se velhas, não dedicando atenção suficiente a uma série de questões como a relação entre classe e formação de identidade para a mobilização, as oportunidades políticas, as estruturas do Estado como elementos determinantes ou restritivas para a mobilização social, os outcomes, os microfundamentos dessas dinâmicas, o papel dos efeitos dos protestos e a intersecção entre crise cultural e atividade dos movimentos sociais (ZALD, 1992, p. 327).

Já Doug McAdam foi o primeiro a sistematizar o conjunto de pesquisas e reflexões acerca da abordagem do processo político. Inclusive foi ele o primeiro a chamar esta abordagem por este nome. Segundo McAdam (1999, p. 36) a ideia de “processo político” seria a síntese desta perspectiva por dois motivos: o primeiro é que “em contraste com várias formulações clássicas, considera-se que um movimento social é, acima de tudo, um fenômeno político, e não psicológico”, além disso “um movimento representa um processo contínuo desde sua geração até seu declínio, e não uma série descontinuada de estágios de desenvolvimento.”

Charles Tilly pode ser considerado um dos mais importantes nomes desta abordagem, apesar de dezoito da discussão do processo político em alguns aspectos no início de suas pesquisas e reflexões acerca dos confrontos políticos modernos. Como dissemos anteriormente,

Tilly forneceu um dos construtos fundamentais que todos os autores filiados a essa abordagem concordam entre si: a questão da oportunidade. De acordo com Tarrow (2009) o pensamento de Tilly possuía um caráter essencialmente estrutural, ou seja, as condições de mobilização não poderiam ser moldadas pelos próprios indivíduos que fazem e a produzem. O foco analítico torna-se, então, as oportunidades externas. O autor afirma também que as análises dos movimentos só podiam ser feitas em conexão com o Estado. Daí a ênfase na questão política - em que pese a não definição do que significa política para Tilly e para os outros autores desta abordagem.

Por fim, há Sidney Tarrow, que é um dos representantes intelectuais mais conhecidos e discutidos, desde a década de 90, acerca dos estudos dos movimentos sociais. Seu livro *O Poder em Movimento* (TARROW, 2009) escrito em 1994 e reelaborado em 1998³, tornou-se uma referência nos estudos do confronto político em geral e do movimento social em específico. O seu mérito está em sintetizar toda a tradição da abordagem do processo político e buscar avançar no processo analítico a partir das referências e influências basilares desta abordagem. Assim, o autor consegue trazer a discussão dos construtos e definições principais desta abordagem e reelaborá-las no interior de sua produção intelectual. Focalizaremos neste autor devido a esses elementos.

Nesse sentido, o terceiro elemento são as definições e construtos fundamentais desta abordagem. Podemos elencar cinco aspectos colocados por Tarrow (2009): oportunidades e restrições políticas; confronto político (repertório); enquadramento/quadro interpretativo; estrutura de mobilização e ciclos de protesto.

O primeiro deles, oportunidades e restrições políticas é o aspecto fundamental para pensar os movimentos sociais. Tarrow define oportunidades políticas como “dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso” (TARROW, 2009, p. 105). Já a restrição pode ser caracterizada como fatores que desencorajam o confronto, sendo o exemplo clássico o desencorajamento à repressão exercida pelo Estado.

Já o segundo construto, o de confronto político, também é denominado como repertório pelos outros autores dentro da abordagem. Tarrow indica a existência de três principais formas de confronto publicamente organizado: o choque violento, as formas convencionais e a ruptura criativa. No entanto

³ A edição brasileira traduzida em 2009 vem desta reelaboração (ALONSO, 2012).

Os movimentos sociais não estão limitados a tipos particulares de ação, mas podem assumir uma variedade de formas, isoladas ou combinadas. Esta flexibilidade permite que eles combinem as reivindicações e a participação de amplas coalizações de atores em campanhas conjuntas de ação coletiva e a mudar o seu foco tanto dentro como fora do processo político [...] O movimento social moderno é um fenômeno multiforme, indo desde protestos que atacam simbólica e fisicamente o sistema dominante até movimentos que estão no âmbito da política convencional (TARROW, 2009, p. 137).

O terceiro construto é o de quadros/enquadramento interpretativos. É neste aspecto que aparece o elemento da cultura que colocamos anteriormente. Vários autores desta abordagem, como Gamson, Snow, Benford, Tilly, Tarrow etc. (GOHN, 2004), também utilizam este construto, mas de formas distintas. No entanto, o elemento central dos quadros interpretativos é que eles servem como uma determinada forma de interpretar a realidade; é a forma como os indivíduos significam e percebem determinado fenômeno, remetendo a questão da emoção, injustiça, processo de solidariedade etc. Para Tarrow, os quadros interpretativos são dispositivos enfatizadores de determinadas percepções, sobretudo da condição social que se encontram os grupos que se mobilizam.

De um reservatório cultural de símbolos possíveis, os organizadores de um movimento escolhem aqueles que supostamente farão a mediação entre o entendimento cultural do grupo ao qual se dirigem, suas próprias crenças e aspirações e suas situações de luta [...]. Os quadros interpretativos da ação coletiva são dispositivos enfatizadores que ressaltam e adornam a gravidade e a injustiça de uma condição social ou redefinido como injustiça ou imoral o que era visto anteriormente como desastroso, mas talvez tolerável (TARROW, 2009, p. 143).

O quarto construto desta abordagem é o de estruturas de mobilização, que remete a discussão herdada pela abordagem da mobilização de recursos. Não há homogeneidade quanto à definição e percepção na ideia de estrutura de mobilização, mas o elemento em comum em todos os autores é que se trata de um conjunto de organizações diversas. Para Tarrow, existem três formas “clássicas” de organizações: as institucionalizadas (a partir do modelo da socialdemocracia, que são propensas a se assimilarem à dinâmica institucional), as disruptivas (a partir do “modelo anarquista”, que são propensas à ação prática em termos de ruptura) e as organizações flexíveis, baseadas em estruturas conectivas informais (uma nova forma de organização, surgida contemporaneamente, que amplia a participação autônoma dos indivíduos, mantendo-os envolvidos no movimento). Cada uma delas, ao longo do tempo, buscam alcançar seus objetivos a partir das oportunidades políticas.

Por fim, o quinto e último construto desta abordagem é a questão dos ciclos de confronto ou de protesto. Tilly foi o primeiro a utilizar o termo ciclo, mas dando ênfase à questão do protesto. Mas é com o desenvolvimento desta abordagem que há um consenso

formado em substituir o termo *protesto* por *confronto*, por abarcar mais fenômenos e, segundo eles, ser mais preciso analiticamente. Nesse sentido, Tarrow compreende ciclos de confronto como uma determinada fase de conflitos marcante que atravessa um seguimento social.

O processo de difusão nos ciclos de confronto não é meramente por “contágio”, embora isso ocorra bastante. Ele também resulta de decisões racionais para tirar vantagem de oportunidades que foram demonstradas pelas ações de outros grupos: ocorre quando os grupos têm ganhos, e isso convida outros grupos a buscar resultados similares; quando os interesses de alguém são feridos por reivindicações de grupos insurgentes e quando a predominância de uma organização ou instituição é ameaçada e há uma reação através da ação coletiva (TARROW, 2009, p. 44).

De forma breve, estas são as principais preocupações analíticas desta abordagem. Não há um consenso em torno da definição de movimentos sociais, mas em todas suas definições existem três eixos que aparecem como núcleo em comum: a relação com a política institucional, a questão dos recursos e incorporação do elemento cultural no processo analítico. Tarrow, por exemplo, define movimentos sociais como desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa relação sustentada com as elites, opositores e autoridades:

[...] as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um **repertório de ação coletiva**, criam **novas oportunidades** que são usadas por outros, em **ciclos mais amplos de confronto**. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando **reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados** e quando podem ampliar ou contribuir dessas **redes sociais** e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam **em interações sustentadas com opositores** – especificamente, em **movimentos sociais** (TARROW, 2009, p. 38, grifos nossos).

Estes são os principais elementos desta abordagem. Trata-se agora de perceber seus limites e avanços.

A primeira crítica é a definição do que se entende por movimentos sociais. Assim como a abordagem anterior, a definição posta por todos autores desta abordagem é demasiada ampla e abstrata. O exemplo da definição de Tarrow, colocado logo acima, é sintomática nesse sentido: apesar da distinção entre confrontos políticos e movimentos sociais⁴, o autor não avança em expressar a realidade e especificidade do fenômeno. Se atentarmos para as bases da definição (*desafios coletivos, objetivos comuns, solidariedade social, relação sustentada contra elites*) enxergaremos um conjunto de fenômenos que fogem à própria realidade dos movimentos sociais. Nesta definição podem ser colocados partidos políticos, sindicatos,

⁴ Tarrow coloca que todo movimento social é um confronto político, mas nem todo confronto político é um movimento social (TARROW, 2009).

protestos, organizações não-governamentais, “*think thanks*”, associações de bairro etc., enfim, uma infinidade de fenômenos que contribuem mais para confundir do que elucidar a própria ideia de movimentos sociais, assim como na abordagem anterior.

A segunda crítica, derivada da primeira, é a imprecisão “conceitual” e excessiva reformulação nos escritos dos autores da abordagem do processo político. Gohn (2004, p. 115) coloca que “A todo momento um autor cria um novo conceito, uma nova categoria, etc. apresentando-os com o complemento necessário para as lacunas existentes”⁵. Há também o procedimento de validar um “conceito” ou categoria apenas para um determinado movimento social, e não sua totalidade. Quando “aplicado” a um outro aspecto ou outro movimento social, torna-se não utilizável devido ao seu caráter específico.

A terceira crítica são as análises propriamente ditas dos movimentos sociais. Geralmente o que se analisam são lutas políticas específicas, tais como protestos, passeatas, confrontos etc. Os movimentos sociais aparecem tão-somente como exemplos superficiais ou como ilustrativos de determinado construto ou categoria de análise.

O quarto elemento crítico é o peso excessivo ao Estado, ignorando outras determinações que são essenciais para a dinâmica dos movimentos sociais. A debilidade desta questão é a mesma que a da abordagem anterior: a não percepção da totalidade. Se a crítica à ideologia de mobilização de recursos é percebida e explicitada a partir do seu caráter economicista, podemos colocar que a ideologia do processo político é “institucionalista”, ou seja, torna-se um determinismo a partir da política institucional. Essa questão gera o quinto elemento crítico, que é a deficiência e falta de conceitos fundamentais acerca de termos que eles próprios utilizam.

A não definição de política torna-se problemática, já que traz confusões acerca do que pode ser ou não entendida por esse termo. A quase totalidade dos autores que buscam sistematizar esta abordagem (ALONSO, 2009; GOHN 2004) se esquecem desse aspecto, geralmente colocando o foco na política. No entanto, o que percebemos é o foco no Estado, na dinâmica institucional. O termo *política* é polissêmico e é por isso que os intelectuais da abordagem do processo político podem perceber a política enquanto relação de e/ou com o Estado – apesar de não trazerem a definição, mas o que é perceptível em seus escritos.

No entanto, esta é uma percepção pobre e restrita de pensar a política. Partimos da definição marxista, ou seja, a compreendemos como toda forma de manifestação das lutas de

⁵ Gohn coloca que se trata de complemento, mas trata-se, em verdade, de desenvolvimento.

classes (MILIBAND, 1979; VIANA, 2015). Ela se manifesta, então, não só na relação com o Estado, mas na esfera da produção, na sociedade civil, organizações, enfim, na totalidade da sociedade capitalista, já que esta é constituída por seres humanos e estes possuem pertencimento e interesse de classe. Por esse ângulo, seria mais preciso e correto colocar como uma abordagem que foca mais a questão institucional e estatal.

Apesar destes limites, a abordagem do processo político contribui para a percepção de alguns elementos nos movimentos sociais que até então não eram percebidos ou analisados.

A primeira contribuição está no mérito de incluir o Estado e a política institucional na análise dos movimentos sociais (e o equívoco é o isolamento dele). A segunda contribuição é a percepção da questão da doutrina nos movimentos sociais, o que eles chamam de quadros interpretativos e repertório. Esta questão nos ajuda a entender que os movimentos sociais não são necessariamente fundamentados em um pensamento complexo (ideologia, teoria, etc.). A terceira contribuição é apresentar, mesmo que superficial e isolando o Estado e os aspectos institucionais, a história dos movimentos sociais⁶. Na abordagem anterior, as organizações de movimentos sociais (OMS) apareciam como apartadas da história da sociedade e do contexto que ela estava inserida, já que o que interessava era o empírico imediato em sua dinâmica petrificada, a-histórica.

As repercussões desta abordagem surtiram mais efeitos do que a anterior. Como colocamos no início deste tópico, houve um processo consciente de expansão e divulgação desta abordagem. Devido a assimilação das críticas e a internacionalização da produção acadêmica, tal abordagem conseguiu sair dos confins do território norte-americano e ter relativa influência em outros continentes:

Nos Estados Unidos, a TPP teve de inicialmente competir com a TM, mas logo a suplantou. Lá, como na Europa, a teoria encontrou legião de adeptos, que a aplicaram a inúmeros países e períodos. Na América Latina seu sucesso foi bem mais modesto. No Brasil, o trabalho pioneiro nessa direção é o de Boschi (1987), que utiliza uma versão estilizada da TPP para tratar das mobilizações durante o processo de redemocratização (ALONSO, 2009, p. 59).

Paralelamente ao desenvolvimento das pesquisas acerca dos movimentos sociais nos Estados Unidos, pesquisadores e autores Europeus, de diversas perspectivas e abordagens, estruturam e esboçam formas de se pensar e refletir acerca do que chamam de ação coletiva

⁶ Tilly, por exemplo, vai trazer um apanhado dos confrontos políticos desde o início do capitalismo até a década de 90 (TILLY, 1993), Tarrow irá mapear os repertórios de confronto a partir da história da relação entre movimentos sociais e Estado (TARROW, 2009) etc

(especialmente dos movimentos sociais). O conjunto de autores que estruturaram essa nova maneira de se pensar os movimentos sociais ficou conhecido como “Teoria dos Novos Movimentos Sociais”.

Esta abordagem, no início de seu desenvolvimento, entra em debate e polêmica com a abordagem da mobilização de recursos, que assimila suas críticas e, juntando com outros autores, criam a abordagem do processo político. No entanto, o debate continua. Se a abordagens de mobilização de recursos dá ênfase à economia e a abordagem de processo político na dinâmica institucional e ao Estado, a abordagem dos novos movimentos sociais irá enfatizar a questão cultural na análise. É o que veremos a seguir.

A Abordagem dos Novos Movimentos Sociais

A abordagem dos Novos Movimentos Sociais insurge em um contexto histórico caracterizado por mudanças significativas na sociedade capitalista. Trata-se, como na abordagem anterior, de um contexto marcado pela transição de um regime de acumulação para outro, o que pressupõe uma mutação ideológica, trazendo consequências e desdobramentos para as análises dos movimentos sociais, sobretudo na Europa. Paulatinamente, o paradigma reprodutivista começa a perder forças com a emergência do paradigma subjetivista e, posteriormente, com sua hegemonia a partir dos anos de 1980. Antes de entrarmos nessa questão é importante colocar que esta abordagem surge como uma resposta a determinados acontecimentos na dinâmica da sociedade.

No final dos anos 60, ocorre um processo de radicalização de diversos movimentos sociais (especialmente o movimento estudantil e o movimento negro) e do movimento operário; trata-se da intensificação das lutas de classes posta pela crise de acumulação conjugada. Com o fim dos conflitos e a instauração de um novo regime de acumulação (integral), ocorre a retomada da estabilização da acumulação de capital e, com ela, uma nova mutação cultural que tentará responder, à nível ideológico, as novas determinações deste tempo histórico.

Uma destas respostas é o surgimento do pós-estruturalismo, que buscava criticar as “metanarrativas históricas”, negando e questionando a categoria da totalidade, retirando a “centralidade” do trabalho, ofuscando as lutas de classes enquanto motor histórico da sociedade, etc. A abordagem dos novos movimentos sociais assimila, em grande parte, os elementos e aspectos do pós-estruturalismo e se constituiu enquanto uma abordagem no interior do subjetivismo.

Nesse sentido, o pós-estruturalismo se torna uma de suas influências intelectuais mais importantes, mas acompanhadas de outras, sem menor peso. Estas outras influências, em muitos casos, são derivadas das próprias produções intelectuais de alguns dos representantes da abordagem dos novos movimentos sociais, tais como Touraine e Habermas. Ambos autores, para além dos estudos dos movimentos sociais, possuem uma produção intelectual que busca refletir sobre a sociedade no geral, especialmente o caráter das mudanças contemporâneas.

Embora cada qual tenha sua própria teoria da modernidade, compartilham mais ou menos o mesmo argumento central. Ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar também a novos temas e agentes para as mobilizações (ALONSO, 2009, p. 59).

Diferentemente das outras abordagens, a dos novos movimentos não possui uma relativa homogeneidade em suas discussões. Seus autores concordam em algumas questões básicas, mas destoam em diversos elementos da sociedade que trazem consequências para o processo analítico dos movimentos sociais. Entre os autores mais conhecidos desta abordagem podemos colocar Touraine, Offe, Melucci, Laclau, Habermas, etc.

O que estes autores possuem em comum é o foco e a centralidade na questão cultural. Eles concordam que a partir da década de 60 houve uma transformação que deslocou o núcleo dos conflitos sociais postos na sociedade. Cada autor vai denominar essa nova sociedade: sociedade pós-industrial, sociedade da informação, sociedade pós-moderna, etc. As características dessa “nova sociedade” é o recuo da indústria e o aumento do mundo dos serviços, comércios, comunicação etc. Por esse ângulo, para estes autores, o movimento operário perde a sua centralidade devido a esse conjunto de mudanças e novos atores sociais assumem os conflitos agora no âmbito cultural etc. Em ações coletivas esses atores desenvolvem “novos movimentos sociais” em detrimento dos “velhos” (que são os movimentos de classes sociais). O que estes autores colocam, fundamentalmente, é que os conflitos sociais mudam as bases sociais. Em síntese, o que há em comum no interior desta abordagem são os seguintes elementos:

1. A concepção de uma nova abordagem sobre a sociedade (sociedade pós-moderna/pós-industrial, capitalismo tardio, etc.);
2. Crítica ao marxismo (especialmente Marx);
3. Crítica ao leninismo;

4. Crítica ao paradigma reprodutivista, sobretudo a sua ênfase, inicialmente na economia (abordagem da mobilização de recursos) e posteriormente a ênfase na questão política/institucional (abordagem do processo político);
5. Resgate de ideologias não hegemônicas no regime de acumulação anterior (conjugado), tais como a fenomenologia, interacionismo simbólico;
6. E por fim, devido à influência do pós-estruturalismo, uma suposta politização da vida cotidiana (mas efetivada de forma despolitizada, retirando o caráter da totalidade de suas análises).

Cada representante desta abordagem irá manusear estes aspectos em comum a sua maneira. Alain Touraine (1989), por exemplo, estabelece a distinção entre dois padrões da sociedade moderna o que, por consequência, corresponde a diferentes movimentos sociais. Na sociedade industrial os conflitos estavam em torno da produção, onde a predominância das lutas se dava no seio do movimento operário e da relação deste com a burguesia. Já na sociedade que ele denomina de pós-industrial, que se inicia após os anos 60, a indústria e o trabalho perdem a sua centralidade, diluindo seus conflitos devido à integração e à institucionalização exercidas nas democracias europeias pelos trabalhadores.

Nesse sentido, a dominação se resguardaria agora no aspecto cultural, cujo o controle tanto da informação quanto da tecnologia se dava por uma crescente tecnocracia. Devido à mudança na sociedade “[...] o conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular, ele está em toda a parte” (TOURAINÉ, 1989, p. 13). Se não é mais o proletariado (trabalhadores produtivos), quem são os “sujeitos históricos” do “conflito” que busca transformar a realidade? Para Touraine, seriam os grupos que estão à margem do que ele chama de “normalidade sociocultural”: negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, estudantes, velhos, intelectuais etc.

Jürgen Habermas (1984), na mesma direção, argumenta que há um deslocamento das energias utópicas para uma nova zona de conflito na nova sociedade originada na década de 60. Os novos movimentos sociais, para este autor, localizam-se no processo de colonização do

mundo da vida⁷ e eles buscariam resistir a essa colonização em favor da manutenção ou expansão de ações comunicativas, buscando qualidade de vida, direitos humanos, etc.

Os genuinamente “novos” movimentos sociais seriam os insurgentes contra a colonização do mundo da vida, contra os papéis institucionalizados de consumir da sociedade de mercado, de cliente dos serviços públicos do *Welfare State*, e mesmo de cidadão, fazendo a crítica das instituições políticas. Seriam propositores de novas formas de cooperação e de comunidade. Os exemplos: o movimento de jovens, o alternativo, o ambientalista e o pacifista. Em 1985, Habermas realocou o feminismo dentro os novos movimentos sociais, já que também demandaria a transformação das formas de vida (ALONSO, 2009, p. 63).

Já Alberto Melucci, também, como os outros autores, coloca um deslocamento dos conflitos na sociedade. Para Melucci, este deslocando vai do sistema econômico-social para as áreas culturais. Ou seja, do plano “material” para o plano “simbólico”. Para ele os conflitos “[...] afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual” (MELUCCI, 1989, p. 58).

Ele percebe os novos movimentos sociais como determinadas formas de resistência, em reação aos rumos do desenvolvimento capitalista, buscando um resgate do tempo, do espaço e das relações cotidianas (ALONSO, 2009). Essa resistência se daria no nível “pós-material”, sendo suas motivações simbólicas e voltadas fundamentalmente para o reconhecimento de identidade coletivas. A identidade coletiva é o fio-condutor dos novos movimentos sociais para este autor: “A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (MELUCCI, 1988, p. 343).

Nesse sentido, os indivíduos produzem uma ação coletiva quando começam a se comunicar, a produzir e/ou negociar significados e tomam consciência do que há em comum entre eles. A síntese desse processo é a construção de uma identidade coletiva, que pode ser um fim em si mesmo.

Como podemos evidenciar, cada qual à sua maneira, enfatizará a questão cultural na análise dos movimentos sociais, observando, sobretudo, uma suposta mudança na base social destes movimentos (antes movimentos de classes e agora movimentos de grupos às margens do novo estágio da sociedade). Para Alonso,

⁷ Para Habermas, a expansão da racionalidade instrumental, que tem origem no que ele chama de esfera “sistêmica”, para os espaços destinadas a sociabilidade, interação e comunicação gera o “empobrecimento cultural”. Esse pauperismo é o que ele caracteriza como colonização do mundo da vida.

Os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. [...] Esses analistas, portanto, entendem que a ênfase cultural é uma característica distintiva das novas mobilizações, razão pela qual usaram o advérbio “novo” para distingui-lo dos “velhos” (ALONSO, 2009, p. 68).

De nossa perspectiva, a ênfase no cultural é, ao mesmo tempo, um mérito e um problema desta abordagem. Mérito, pois, diferentemente das outras abordagens, coloca a relação entre indivíduo, grupo e movimento social de forma mais aprofundada, evidenciando que os interesses dos indivíduos possuem um possível papel mobilizador no interior dos movimentos sociais e o aspecto cultural tem um papel nessa questão. Um problema, pois, acaba que o aspecto cultural se torna a determinação fundamental que guia os movimentos sociais, ofuscando o caráter social e a totalidade das determinações dos mesmos. Derivado disso, a cultura desenvolve autonomia, desligada e apartada das outras determinações dos movimentos sociais.

Outra crítica a ser colocada é a confusão na questão da base social dos movimentos sociais. Esta abordagem faz uma divisão entre os movimentos sociais “clássicos” e os novos movimentos sociais, sendo os primeiros os movimentos de classe operária e os segundos de grupos às margens da integração da sociedade. Essa confusão acaba ofuscando uma fundamental diferença entre o fenômeno de movimento de classe e o movimento de grupo sociais. São dois fenômenos distintos, e não uma continuidade.

É criticável também a interpretação equivocada acerca do marxismo, colocando-o como uma interpretação economicista da sociedade e dos conflitos sociais, que não daria conta de explicar as novas mudanças no interior da dinâmica da sociedade.

Um dos conceitos fundamentais desta abordagem, o de identidade coletiva, carece do mesmo problema que a ênfase no cultural: a identidade coletiva é vista de forma autônoma, inclusive como um fim em si mesma, como afirma Melucci.

Em síntese, a teoria dos novos movimentos sociais acaba ofuscando o caráter de classe dos movimentos sociais e isso gera um grave problema analítico, o que traz consequências à elucidação da dinâmica dos movimentos sociais.

Considerações finais

Buscamos, ao longo do presente texto, trazer três abordagens dos movimentos sociais utilizadas por diversos autores na análise dos movimentos sociais. Evidenciamos suas

fragilidades teórico-metodológicas e localizamos inconsistências no interior de seus argumentos. Reiteramos que não descartamos suas contribuições, mas assimilamos criticamente suas discussões que podem nos auxiliar ao entendimento e explicação dos movimentos sociais. Além disso, tratou-se mais de uma aproximação crítica introdutória do que uma exaustiva análise pormenorizada de suas determinações e elementos. Para tanto, necessitaríamos de uma pesquisa mais ampla.

As abordagens analisadas aqui apontam para algo em comum: o problema conceitual, que se desdobra, evidentemente, em outros problemas, dificultando e ofuscando o próprio fenômeno a ser estudado, derivados da questão metodológica. Os construtos e conceitos dos autores apresentados no presente trabalho expressam definições arbitrariamente pelos pesquisadores a partir, geralmente, do empírico. Tal procedimento contribui para a existência de incoerências, posto que determinadas definições geradas a partir de movimentos sociais específicos não se aplicam a outros; ou seja, não há uma definição que abarque a totalidade dos movimentos sociais. Outra manifestação desta incoerência pode aparecer a partir de uma definição ampla, que não só abarca os movimentos sociais, mas os demais fenômenos que mantêm elementos em comuns, porém que são diferentes (tais como manifestações, partidos políticos, sindicatos, etc.).

Outro problema localizado em nossa reflexão foi a não diferenciação entre movimentos de classes sociais e movimentos de grupos sociais. Tal diferenciação é fundamental, mas não está presente na grande maioria dos autores das abordagens aqui expostas. A não percepção desta diferença nos fornece um painel incompleto e deformado da dinâmica dos conflitos sociais na sociedade capitalista.

O último problema, e este já extrapola as abordagens aqui expostas, se respalda nos estudos concretos dos movimentos sociais. Um dos procedimentos realizados nas pesquisas deste assunto é o empiricismo. Muitos trabalhos buscam analisar diversos movimentos sociais, suas organizações, setores etc., sem muito tratamento teórico-metodológico, efetivando a pesquisa sem ao menos definir o que se entende por movimento social ou o movimento social específico que esteja sob análise. Geralmente este procedimento incorre em mais incoerência, já que partindo da aparência do fenômeno e não efetivando um processo analítico, o resultado final só pode ser o retorno do aparente em suas conclusões finais.

A nosso ver, é necessário se atentar a semelhanças e diferenças entre os movimentos sociais e os demais fenômenos da sociedade, perceber o que é essencial e existencial no interior

de um movimento social concreto (como o movimento negro, feminino etc.) e o que é universal e particular no interior de um movimento social. Os movimentos sociais são uma totalidade; mas é certo também que esta totalidade está inserida e relacionada a uma totalidade mais ampla: a sociedade. Por esse ângulo, acreditamos que o marxismo, a partir do método dialético, possui ferramentas analíticas que dê conta, de forma mais satisfatória, de efetivar a explicação dos movimentos sociais.

Referências

- ADORNO, Theodor. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. São Paulo: Lua Nova, 76: 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela. Repertório Segundo Charles Tilly: História de um conceito. *Sociologia & Antropologia*. V.02.03: 21-41, 2012.
- ALONSO, Angela. Repertórios de Ação Coletiva e Confrontos Políticos: Entrevista com Sidney Tarrow. *Sociologia & Antropologia*, V.02 N.03, p. 11-10, 2012.
- FERREIRA, Carvalho et al. *Sociologia*. Lisboa: Editora McGraw-Hill de Portugal, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola. 2004.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- JENSEN, Karl. Teses sobre os Movimentos Sociais. *Revista Marxismo e Autogestão*, Ano 01, N. 01, jan. /jul. 2014.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 4º Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MAYER, Margit. Social-Movement Research in the United States: A European Perspective in "LYMAN, Stanford (org.). *Social Movements: Critiques, Concepts e Case-Studies*. Nova York, New York University Press.
- MCADAM, Doug. *Political Process and the Development of Black Insurgency 1930-1970*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- MCCARTHY, John e ZALD, Mayer. Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial: *Movimentos Sociais*, 02 (02). Jan./Jun 2017.
- MELUCCI, Alberto. Getting involved: identity and mobilization in social movement. *International Social. Movements Research*, vol.1: 1988.

MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para Os Movimentos Sociais? *Lua Nova*, 10 (17), 1989.

MILIBAND, Ralph. *Marxismo e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento. Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TELES, Gabriel. As contribuições da categoria da totalidade para a análise dos movimentos sociais. *Revista Alamedas*. v. 6, n. 2, 2018. Link: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/19001>.

TELES, Gabriel. Para uma análise marxista dos movimentos sociais: contribuições de Karl Jensen e Nildo Viana. *Revista Despierta*, Ano 04, n.04, 2017.

TILLY, Charles. *European Revolutions, 1492-1992*. Oxford, Blackwell, 1993.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Londres, Addison-Wesley Publishing Company, 1978.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº3. Brasília, jan. -jul. de 2010, 133-160.

TOURAINÉ, A. *Os Movimentos Sociais*. In: M. Martins, ed. *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Revista Lua Nova*, nº 17, junho, p. 05-18, 1989.

VIANA, Nildo. Estado, Democracia e Cidadania. *A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2015.

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas, 2016a.

ZALD, Myer. Looking backward to look forward: reflections on the past and future of the Resource Mobilization Research Program. In: Morris, Aldon & Mueller, Carol (orgs.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.